

Estudo revela falhas graves nas normas que regulam a legalidade de armadilhas para captura de carnívoros

Um estudo de uma equipa internacional, agora publicado na revista *Biodiversity and Conservation* (*), demonstra a existência de falhas graves nas normas que determinam a legalidade de armadilhas para captura de carnívoros a nível mundial. Estas falhas constituem uma ameaça para a conservação de espécies ameaçadas, como é o caso do lince-ibérico, e por consequência para a conservação da biodiversidade. Os autores do estudo, entre os quais dois membros do cE3c (Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais, sediado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), defendem a revisão urgente destas normas internacionais.

O uso de armadilhas para captura de animais é tão antigo quanto o Homem. As aplicações são diversas: desde a obtenção de carne e peles à defesa da agricultura e pecuária, entre outras. No entanto o uso de armadilhas não seletivas (ou seja que não estão preparadas para capturar apenas a espécie-alvo, capturando outras espécies indiscriminadamente) pode causar o declínio ou mesmo extinção de espécies ameaçadas.

Apesar de as armadilhas não seletivas para captura de mamíferos carnívoros terem sido oficialmente banidas da Europa nos anos 1970, continuam a ser utilizadas um pouco por todo o mundo, o que representa uma ameaça para a conservação de predadores como ursos, lobos e lincos. Desde 1999 que a *International Organization for Standardization* (ISO) determina a legalidade das armadilhas para captura de animais através da avaliação de diversos parâmetros – entre eles, a seletividade das mesmas.

Os resultados do estudo agora publicado, da autoria de uma equipa internacional de investigadores, demonstram que as normas ISO e em particular a norma adoptada para a seletividade de uma armadilha apresentam falhas graves. Estas falhas constituem uma ameaça para a conservação de espécies ameaçadas, como o lince ibérico, e por consequência uma ameaça para a biodiversidade. Margarida Santos-Reis, investigadora do cE3c e co-autora do estudo, refere: “Para a ISO, a definição de seletividade consiste apenas na razão entre o número de animais capturados da espécie-alvo e o número total de animais capturados. Mas esta definição não tem em conta a abundância relativa de espécies alvo e não-alvo. Além disso, a composição e abundância relativa das espécies numa dada área podem não ser representativas de outros locais.”

Os investigadores compararam a norma de seletividade da ISO com o índice de Savage (um índice de seletividade comum em aplicações ecológicas relacionadas com a seleção de recursos) em cinco cenários hipotéticos. Foram considerados diferentes níveis de abundância relativa de quatro espécies de mamíferos carnívoros considerados comuns em ambientes mediterrâneos. Os resultados obtidos para estes cenários demonstraram que o índice de seletividade da ISO conduz a resultados incorretos face ao índice de Savage, e que é fundamental ter informação de qualidade sobre a ocorrência das espécies e a sua abundância relativa para determinar a seletividade de uma armadilha.

“A revisão das normas ISO é essencial e urgente”, refere Margarida Santos-Reis, “com repercussões internacionais”. Os investigadores de vida selvagem com experiência em armadilhas de animais devem ter o mesmo grau de envolvimento na elaboração destas normas que os decisores políticos. Por último, e sem subestimar o esforço adicional que será necessário em novos ensaios de campo, os autores do estudo frisam também a necessidade de re-avaliar as armadilhas já existentes e o desenvolvimento de novas armadilhas, de acordo com as novas normas que venham a ser produzidas.

(*) Virgós, E.; Lozano, J.; Cabezas-Díaz, S.; Macdonald, D.W.; Zalewski, A.; Atienza, J.C.; Proulx, G.; Ripple, W.J.; Rosalino, L.M.; Santos-Reis, M.; Johnson, P.J.; Malo, A.F.; Baker, S.E. (2016) A poor international standard for trap selectivity threatens carnivore conservation. *Biology and Conservation*, pp 1-11.

<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10531-016-1117-7>

Contactos:

Marta Daniela Santos

mddsantos@fc.ul.pt

96 429 42 36

Gabinete de Comunicação – Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c)